

Confenen orienta escolas a respeitar MP

16 JUN 1994

ESTADO DE SÃO PAULO

Vidal Cavalcante/AE

*Para entidade,
pagamentos serão
provisórios até que a
Justiça se pronuncie*

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) recomendará às escolas particulares que aceitem o pagamento da mensalidade deste mês com base na medida provisória que converteu os valores em URV. Mas as instituições deverão informar aos pais de alunos que o pagamento é provisório, até que a Justiça se pronuncie sobre a ação direta de inconstitucionalidade impetrada pela Confenen contra a MP. O presidente da entidade, Roberto Dornas, voltou ontem a atacar o governo. "Foi uma decisão maluca", disse ele em *Brasília*, referindo-se à MP.

DORNAS:
'DECISÃO DO
GOVERNO FOI
MALUCA'

Embora continue com um discurso agressivo, o presidente da Confenen voltou atrás e disse que a entidade não recomendará que as escolas paralizem suas atividades. Na segunda-feira, o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, Ruy Coutinho, disse que em caso de locaute as escolas poderão ser enquadradas na nova Lei Antitruste por formação de cartel. "Não são as ameaças do Procon ou do Cade que vão nos amedrontar", afirmou Dornas.

Segundo ele, embora a Confenen

não recomende a suspensão das atividades, as escolas podem se ver obrigadas a parar já em agosto, no início do segundo semestre. "Muitas escolas terão que parar, porque a conversão em URV provocou uma redução entre 50 e 80% do valor das mensalidades", argumentou.

Dornas espera uma decisão judicial até o final do mês. Seis advogados representam a confederação junto ao STF na ação direta de inconstitucionalidade com pedido de medida cautelar. Além da Justiça, a Confenen busca apoio no Congresso contra a MP.

A Confenen defende a proposta de conversão das mensalidades nos mesmos moldes em que os salários foram convertidos em URV. **Ato público** — Em *São Paulo*, a União Estadual dos Estudantes (UEE) vai promover hoje, às

10h30, ato público para comemorar a edição da MP das mensalidades e protestar contra a tentativa das escolas de mudar a medida no Congresso. O ato será no vão do Museu de Arte de São Paulo, na Paulista.

O coordenador do Procon paulista, Marcelo Sodré, disse ontem que a melhor saída para os pais, na falta de acordo com as escolas, é depositar a mensalidade em juízo. O ministro Francisco Rezek foi designado relator da ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar, impetrada no STF. O pedido de liminar deverá ser examinado pelo plenário na próxima semana.



Estudantes em greve na USP: invasão de restaurante e distribuição de refeições gratuitas